

O Ministro Flávio Dino e a questão indígena

O ministro Flávio Dino (STF) decidiu que os povos indígenas afetados pela exploração de minerais e recursos hídricos em seus territórios, inclusive usinas hidroelétricas, têm direito a participar dos resultados econômicos dessas atividades. Aliás, como previsto no §3º art. 231 da Constituição.

O Congresso tem agora 24 meses para finalmente regulamentar o preceito constitucional, transcorridos quase 40 anos da promulgação da Constituição. Tomara que tenha o bom senso de direcionar para as comunidades indígenas parte do que a União já recebe das hidroelétricas como Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos, sem criar penduricalhos que encareçam ainda mais a conta de luz. Seria uma solução engenhosa para garantir que diversas gerações de indígenas sejam beneficiadas (não apenas a atual).

A decisão do ministro Dino, que será ainda submetida ao plenário do STF, foi dada para o caso específico da usina de Belo Monte. Mas o ministro afirmou que a aplicação do conceito não se limita ao empreendimento ou aos povos indígenas representados pelas impetrantes. Ao contrário, os efeitos da decisão devem ser aplicados a “outros empreendimentos existentes ou que venham a existir...”. A decisão cria “condições de participação dos povos indígenas em atividades atingindo suas terras, de modo a que eles deixem de ser apenas vítimas e passem à condição de beneficiários”.

Como a ilegalidade avança onde a legalidade é proibida, muitos indígenas brasileiros sofrem com o desmatamento e garimpo predatórios. Por isso o ministro está correto em criar as condições para que os indígenas se beneficiem da atuação de empresas legalmente constituídas em sua área de influência, como ocorre no Canadá.

A meu ver, deveria caber aos próprios indígenas optar por maior ou menor integração ao restante da sociedade brasileira. Mais ainda, suponho que haja casos em que a participação nos resultados econômicos possa se tornar relevante no posicionamento sobre novos empreendimentos em suas reservas. Nós, que não somos indígenas, temos que ter a humildade de dar mais valor à percepção deles próprios do que à nossa sobre o que é bom para eles.

Se eu estiver correto, o posicionamento das comunidades indígenas - favorável ou contrário à construção de usinas hidroelétricas em seus territórios - levará em consideração não apenas os impactos negativos em sua qualidade de vida, mas também os positivos.

O leitor poderá perguntar se, com o advento da geração eólica e solar, ainda faz sentido cogitar sobre a construção de novas usinas hidroelétricas, dentro ou fora de reservas indígenas. A resposta é... talvez. Depende do progresso tecnológico de diferentes maneiras de armazenar energia produzida por essas fontes para uso quando o Sol não estiver brilhando, e o vento soprando.

As usinas hidroelétricas com reservatório, além de armazenar e produzir energia renovável, exercem função indispensável para a manutenção da segurança de suprimento, principalmente no final da tarde quando a geração fotovoltaica diminui e o consumo de eletricidade aumenta. Mas só devem ser construídas se forem economicamente competitivas e, caso localizadas em reservas indígenas, atendam ao desejo dos próprios indígenas.



Funcionários na linha de produção da montadora de caminhões elétricos Windrose, em Suzhou 18.nov.24/AFP

Montadora de caminhões elétricos fundada por chinês quer entrar nos EUA de Trump

Fundador mira listagem em NY das ações da Windrose, que já levantou US\$ 300 mi, e diz que país asiático não precisa ser inimigo para sempre

ANTUÉRPIA | THE NEW YORK TIMES A pergunta feita a Wen Han, fundador da fabricante de caminhões elétricos Windrose Technology, era simples: é correto chamar a empresa de chinesa? Após alguma divagação, Han chegou a uma resposta: "Eu descreveria como de origem chinesa".

Há uma razão para parecer uma pergunta capciosa: os investidores da Windrose incluem um grupo imobiliário australiano, financiadores de capital de risco dos EUA e fundos estatais chineses. Agora está sediada na Bélgica. Mas em seu cerne a Windrose aproveita as significativas vantagens da China na fabricação de carros elétricos.

Han quer usar essa vantagem para vender caminhões elétricos de longa distância globalmente. Ele está determinado a abrir o capital de sua empresa em Nova York, dizendo que planeja apresentar a documentação inicial dentro do próximo mês para arrecadar ao menos US\$ 400 milhões.

Embora a proposta de negócios seja simples, a execução está longe de ser — complicada por geopolítica, tensões comerciais e um aumento do protecionismo. Han está ciente do que chama de "chinesidade" da Windrose.

Nascido na região carbonífera da China, Han, 34, cresceu em uma época em que a globalização chinesa não desencadeava o tipo de desconfiança política nos EUA que ocorre agora. Estudou em Massachusetts e trabalhou no fundo de hedge americano Bridgewater Associates.

Sua vida abraçou ambos os países. Agora, ele está pressionando para que a Windrose faça o mes-

mo em um mundo em fratura. "A China nunca será a melhor amiga dos EUA, não em nossas vidas", disse. "No entanto a China não precisa ser inimiga para sempre, e nem todo o mundo da China precisa ser inimigo".

A Windrose busca romper a dependência centenária do diesel na indústria de caminhões. Ela se apoia na avançada cadeia de suprimentos de veículos elétricos da China, um subproduto dos consideráveis investimentos liderados pelo governo chinês.

Além de um escritório em Antuérpia, a Windrose está construindo uma fábrica de produção no norte da França. Possui unidades na Geórgia e na Califórnia, nos EUA, para lidar com a montagem leve de caminhões fabricados principalmente na China. Agora está escolhendo entre Arizona, Geórgia, Carolina do Norte e Ohio como local para uma fábrica a ser inaugurada em 2027.

A empresa avança mais com ambição do que com um histó-

co comprovado. Produziu apenas cerca de 40 caminhões, longe de sua meta de construir 10 mil em 2027. Enfrenta obstáculos regulatórios. Clientes nos EUA e na Europa ainda não conseguem comprar seus veículos, que aguardam certificação para rodar.

Em três anos, a Windrose arrecadou mais de US\$ 300 milhões. Enquanto outros fabricantes de caminhões em fase inicial lutaram para colocar linhas de produção em funcionamento, a Windrose surpreendeu muitos na indústria com sua rapidez em projetar, desenvolver e produzir caminhões. Mas, é claro, a Windrose enfrenta condições que são desfavoráveis, senão abertamente hostis, para startups chinesas.

O presidente Donald Trump impôs tarifas crescentes sobre importações chinesas. Em fevereiro, ele ordenou restrições a investimentos chineses em setores estratégicos e buscou limitar como empresas chinesas listam suas ações nas Bolsas de valores dos EUA. Como parte do decreto, a Casa Branca identificou especificamente a China como um "adversário estrangeiro".

Han já decidiu construir uma fábrica em um estado "muito republicano", mas enviou um apelo direto a Trump em fevereiro no Truth Social.

"Sr. Presidente", escreveu Han. "Ouvimos você e gostaríamos de anunciar nossos planos de construir a primeira fábrica de fabricação de caminhões elétricos Windrose nos EUA! Por favor, ajude-nos a encontrar a comunidade certa para investir!"

Han ainda não recebeu resposta.

O ministro Flávio Dino e a questão indígena

Povos afetados por hidrelétricas têm direito ao lucro de atividades

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu que os povos indígenas afetados pela exploração de minerais e recursos hídricos em seus territórios, inclusive usinas hidrelétricas, têm direito de participar dos resultados econômicos dessas atividades. Aliás, como previsto no §3º art. 231 da Constituição.

O Congresso tem agora 24 meses para finalmente regulamentar o preceito constitucional, transcorridos quase 40 anos da promulgação da Constituição. Tomara que tenha o bom senso de direcionar para as comunidades indígenas parte do que a União já recebe das hidrelétricas como compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, sem criar penduricalhos que encareçam ainda mais a conta de luz. Seria uma solução engenhosa para garantir que diversas gerações de indígenas sejam beneficiadas (não apenas a atual).

A decisão do ministro Dino, que será ainda submetida ao plenário do STF, foi dada para o caso específico da usina hidrelétrica de Belo Monte. Mas o ministro afirmou que a aplicação do conceito não se limita ao empreendimento ou aos povos indígenas representados pelas impetrantes. Ao contrário, os efeitos da decisão devem ser aplicados a "outros empreendimentos existentes ou que venham a existir...". A decisão cria "condições de participação dos povos indígenas em atividades atingindo suas terras, de modo a que eles deixem de ser apenas vítimas e passem a condição de beneficiários".

Como a legalidade avança onde a legalidade é proibida, muitos indígenas brasileiros sofrem com o desmatamento e garimpo predatórios. Por isso o ministro está correto em criar as condições para que os indígenas se beneficiem da atuação de empresas legalmente constituídas em sua área de influência, como ocorre no Canadá.

A meu ver, deveria caber aos próprios indígenas optar por maior ou menor integração ao restante da sociedade brasileira. Mais ainda, suponho que haja casos em que a participação nos resultados econômicos possa ser tornar relevante no posicionamento sobre novos empreendimentos em suas reservas. Nós, que não somos indígenas, temos que ter a humildade de dar mais valor à percepção deles próprios do que à nossa sobre o que é bom para eles.

Se eu estiver correto, o posicionamento das comunidades indígenas — favorável ou contrário à construção de usinas hidrelétricas em seus territórios — levará em consideração não apenas os impactos negativos em sua qualidade de vida mas também os positivos.

O leitor poderá perguntar se, com o advento da geração eólica e solar, ainda faz sentido cogitar sobre a construção de novas usinas hidrelétricas, dentro ou fora de reservas indígenas. A resposta é... talvez. Depende do progresso tecnológico de diferentes maneiras de armazenar energia produzida por essas fontes para uso quando o sol não estiver brilhando, e o vento, soprando.

As usinas hidrelétricas com reservatório, além de armazenar e produzir energia renovável, exercem função indispensável para a manutenção da segurança de suprimento, principalmente no final da tarde, quando a geração fotovoltaica diminui e o consumo de eletricidade aumenta. Mas só devem ser construídas se forem economicamente competitivas e, caso localizadas em reservas indígenas, atendam ao desejo dos próprios indígenas.

As usinas hidrelétricas com reservatório, além de armazenar e produzir energia renovável, exercem função indispensável para a manutenção da segurança de suprimento, principalmente no final da tarde, quando a geração fotovoltaica diminui e o consumo de eletricidade aumenta. Mas só devem ser construídas se forem economicamente competitivas e, caso localizadas em reservas indígenas, atendam ao desejo dos próprios indígenas.